

Homenageado com
PLACA DE HONRA
pelo Secretariado Nacio-
nal da Informação, Cultura
Popular e Turismo
Fundado em 18 de Abril de 1835
pelo Deputado
Manuel António de Vasconcelos



SÁBADO
23
de
Janeiro
de
1971
136.º ANO — N.º 7.002

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Praça de Gonçalo Velho — 33
Oficinas — Rua Manuel da Ponte
TELEFONES 23 635/25 575

DIRECTOR E EDITOR — LOBATO DE MACEDO

PROPRIEDADE DA IMPRAÇOR
SOCIEDADE DE IMPRENSA E PUBLICIDADE, S. A. R. L.
Ponta Delgada — S. Miguel Açores

Aguardamos com confiança

Governar com autoridade e eficiência impõe a necessidade de integração completa no quadro das vivências do meio em que se pretende ser um guia, com a marca indelével da autenticidade.

Assim, dentro deste pensamento, e a contactar, directamente, com os diversos gestores da economia regional, o Governador do Distrito, sr. coronel Basílio Seguro, num plano de trabalhos adentro do espírito que informa todos os actos do Governo, tem procurado observar, nos mais diversos sectores das nossas actividades, quanto temos e quanto precisamos para a nossa maior promoção e encorajamento.

Viver os assuntos, senti-los na alma e enquadrar-se, absolutamente, nas mais diversas esferas da sua governação, é quanto tem demonstrado S. Ex.ª a bem das terras e das gentes que vêem nele o guia seguro que jamais quer descurar quantos problemas nos envolvem.

Da sua superior orientação, muito há a esperar, pelo que, aguardamos com confiança.

Mensagens de Natal

«Diálogo» de Ana Maria Botelho

O periódico «O Jornal» do Rio de Janeiro, em seu número de 7 do corrente, sob o título «Mensagem de Natal», refere-se, com o devido relevo, ao cumprimento de Natal dos Senhores Viscondes do Botelho, que são acompanhados de um «Diálogo» da autoria de sua filha, Ana Maria, inspirada poetisa e pintora, o qual as nossos prezados colegas «Açores» e «Diário dos Açores» já publicaram na íntegra.

Comentando a referida Mensagem, o conhecido periódico carioca, escreve:

«A Mensagem de Natal, dos Viscondes do Botelho, vinda de Lisboa, traz-nos um Diálogo criado por sua filha Ana Maria, poetisa e pintora de renome.

A CRIANÇA — Minha mãe, por que é que o inverno

CONCLUI NA 3.ª PÁGINA

Política Aérea dos Açores

Intervenção do Deputado Teodoro de Sousa Pedro na Assembleia Nacional

No passado dia 13, o deputado pelo Círculo de Ponta Delgada, dr. Sousa Pedro, no uso da palavra, ocupou-se da «Política Aérea dos Açores», problema de primordial importância, com larga projecção na promoção sócio-económica deste Distrito.

Transcrevemos, na íntegra, a importante intervenção:

«Em fins do ano transacto, à beira do Natal, por despacho assinado pelo Senhor Ministro das Comunicações, decidiu o Governo prender as populações açorianas com a definição oficial das grandes directrizes da política das comunicações aéreas do Arquipélago.

E, se não fosse a circunstância de logo de início ter surgido uma dúvida importante quanto à realização muito próxima de uma das medidas previstas na decisão do Ministro, à qual já me vou referir, poderia acrescentar que «om o Natal de 1970 tinha-se finalmente chegado, nos Açores, a um estágio de paz e tranquilidade relativamente a uma das questões mais inquietantes e discutidas da problemática açoriana dos últimos anos.

Certo, porém, de que as dúvidas serão resolvidas, com pleno respeito pela orientação do Governo que é, em primeiro lugar, a de servir bem as populações interessadas, pedi a Vossa Excelência Senhor Presidente, a palavra neste dia para, em nome do distrito de Ponta Delgada que aqui represento, dirigir ao Senhor Ministro das Comunicações, uma palavra de louvor e de reconhecimento pelo esclarecido e esperançoso diploma definidor da política dos transportes aéreos da Região, o despacho de 11 de Dezembro de 1970.

A população do meu distrito es

tá sinceramente grata ao Ministro Rui Sanchez e ao Governo pela definição da importante doutrina que o despacho contempla; mas ao mesmo tempo exprime os melhores votos pelo cumprimento integral das decisões tomadas. Espera que nenhuma modificação seja sugerida ou aprovada desde que resulte em prejuízo dos seus mais legítimos e defensáveis interesses.

Podê parecer, à primeira vista, estranho o cuidado, o ênfase, que ponho na expressão do voto que acabo de formular. Mas tem a sua explicação.

Já depois de conhecido e divulgado o despacho de 11 de Dezembro último, surgiu, preocupante, a dúvida sobre qual dos voos faria escala no aeroporto das Lajes, de entre aqueles que a TAP tem programados para os E. U. A. e para o Canadá.

Embora o Grupo de Trabalho para o Estudo da Política Aérea dos Açores, criado pela Portaria

n.º 23 630 de 28 de Setembro de 1968, emanada pelo Ministério do Interior e das Comunicações, fosse completamente explícito nas conclusões a que chegou acerca desta matéria, não prevendo em nenhum caso que os voos para o Canadá viessem a escalar o aeroporto das Lajes; e apesar de o despacho do Ministro Rui Sanchez aprovar o esquema da rede aérea proposto no Relatório daquele Grupo de Trabalho — a verdade é que a dúvida surgiu, com base em notícias contraditórias da imprensa, do telegrafo e da rádio confirmada por gente responsável, lançando, assim, em angustiante expectativa toda a população do meu distrito e os mais directos responsáveis pelo seu governo e pela sua representação nesta Assembleia.

E não se pode ter por exagerada essa inquietação se atendermos à clara e fria linguagem dos

(Conclui na 2.ª Página)

D. Teresa Teixeira de Queirós Barros Alves Caetano

Após ter sido já impresso o nosso último número, fomos surpreendidos pela dolorosa notícia de haver falecido, em Lisboa, a Esposa do Presidente do Conselho de Ministros, Professor Doutor Marcello Caetano, Senhora D. Teresa Teixeira de Queirós Barros Alves Caetano.

A ilustre extinta, que contava 65 anos de idade, cimentara durante a vida, as melhores amizades, pelo que deixou mergulhados na mais profunda dor quantos com ela de perto privavam.

Na manhã do sábado foi rezada missa de corpo presente pelo pároco da freguesia de São João de Brito, moss. Adriano Botelho, a que assistiram o representante do Chefe do Estado, general Humberto Pais, todos os membros do Governo sendo o ministro do Ultramar em representação do ministro da Defesa e do Exército, o presidente da Assembleia Nacional Eng.º Amal Neto, o vigário, geral, cónego D. João de Castro, em representação do Cardeal-Patriarca de Lisboa e o ministro espanhol do Desenvolvimento. Lopez Rodó que se deslocou, a título particular, a fim de assistir às cerimónias fúnebres.

O Presidente do Conselho, que se encontrava presente, estava a

(CONCLUI NA 4.ª PÁGINA)

Postais sem endereço ... 112 — Emigração legalizada

No contexto da corrente emigratória para o Brasil e doutros problemas, não podemos esquecer que o País irmão conta sempre com a nossa boa compreensão, e têm-nos, por este facto, conside-

Por M. de Fraga Júnior

rado, entre os seus amigos, verdadeiramente o número um.

O acordo luso-brasileiro não diz nada à maioria dos portugueses? Se é certo que os interesses de Portugal e do Brasil nem sempre possam ajustar-se em absoluto, a verdade é que para suprir qualquer nível desentendimento há que contar com a amizade, que é timbre entre os dois povos irmãos. Nesse capítulo, podiam citar-se inúmeros exemplos de mútua condescendência. E o Brasil não esquece aquela de que nós usamos, quando se trata de acautelar os seus e os nossos interesses. Ainda há

pouco se verificou esse facto, quando foi necessário fixar a quota de exportação do café, no Conselho Internacional do Café em Londres. O Brasil sabe que pode contar com Portugal, e a inversa também é verdadeira.

Assim, e por outras razões, que não deixarão de ser tornadas públicas, temos de aceitar a atitude do Governo, em relação do Brasil, como lógica.

Quando ao surto da corrente ultramarina, as razões são por mais evidentes, e já apontadas como necessárias e ur-

CONCLUI NA 2.ª PÁGINA

Chefe do Estado-Maior do Comando Naval dos Açores

Comunicou-nos ter assumido o cargo de Chefe do Estado-Maior do Comando Naval dos Açores o sr. cap. de fragata Eduardº Pombeiro Gomes Pereira a quem, com voto de leal colaboração e das maiores felicidades, agradecemos a gentileza dispensada ao nosso jornal.

Crónica da Califórnia

Ano chinês do marrão

A roda astrológica do ano chinês vai guinchar, precisamente, ao toque da meia-noite do próximo dia 26 de Janeiro.

Por Ferreira Moreno

Nesse momento de «suspense», os chineses através do mundo curvar-se-ão em salamaleques, saudando CHU NIEN, ou seja, «The Year of the Boar», (o ano do varrão

A expedição «Cruz de Cristo», não pode entrar na Rússia por ser jornalista o português Humberto Pateira

Para tornar ainda mais extraordinária a odisseia que a Expedição «Cruz de Cristo» tem vivida, a Rússia nega-lhe entrada no seu território, impedindo, e, portanto,

anulando esta primeira viagem por terra do Brasil a Portugal.

Muito antes do empreendimento ter início o seu responsável teve o cuidado de se avistar com a secção consular da Embaixada Soviética no Rio de Janeiro, da qual recebeu a afirmação de concessão de vistos, sem qualquer restrição.

Posteriormente obteve, também, iguais afirmações por parte dos cônsules soviéticos em Washington e Ottawa, onde foi acompanhado pelos Adido Comercial e Secretária das Embaixadas do Brasil, respectivamente.

Indo mais longe, o cônsul de Ottawa informou que os vistos seriam concedidos mediante passagens de saída da Rússia e reserva de hotéis, para o que deveriam dirigir-se à «Intourist», departamento de turismo da U. R. S. S. em Montreal, que daria mais de-

(CONCLUI NA 4.ª PÁGINA)

Para tornar ainda mais extraordinária a odisseia que a Expedição «Cruz de Cristo» tem vivida, a Rússia nega-lhe entrada no seu território, impedindo, e, portanto,

anulando esta primeira viagem por terra do Brasil a Portugal.

Muito antes do empreendimento ter início o seu responsável teve o cuidado de se avistar com a secção consular da Embaixada Soviética no Rio de Janeiro, da qual recebeu a afirmação de concessão de vistos, sem qualquer restrição.

Posteriormente obteve, também, iguais afirmações por parte dos cônsules soviéticos em Washington e Ottawa, onde foi acompanhado pelos Adido Comercial e Secretária das Embaixadas do Brasil, respectivamente.

(CONCLUI NA 4.ª PÁGINA)



Tradições, costumes e turismo pelo Dr. Carreiro da Costa

Na obra do Prof. Orlando Ribeiro — Geografia e Civilização — publicada em 1961, encontramos esta nota curiosa acerca da «açoteia na casa rural» portuguesa:

«Apenas alguns lugares do Algarve se usa a açoteia como superfície de recolha da chuva para as cisternas... As cisternas ou são providas de uma superfície um pouco inclinada e mantida cuidadosamente limpa e caída (...) ou recolhem a água dos Telhados».

E, ainda, na mesma nota: «Nas Ilhas Atlânticas, a despeito de uma provável influência algarvia nos primeiros tempos da colonização, também não se usa o terraço como

Das antigas cisternas

forma de cobertura e as cisternas recolhem água da própria que as cobre e dos telhados próximos. Aqui, pode com siderar-se que o clima chuvoso dos Açores, a concentração das precipitações na Madeira e mesmo na maioria das ilhas de Cabo Verde, impediu a propagação de uma forma de cobrir as casas que só tem vantagem num clima seco» (p. 96 97).

Bem observado. Na verdade, os açorianos não aproveitaram a lição do Algarve, recorrendo à açoteia como terraço cobrindo a própria casa para aproveitamento das chuvas aí caídas. Quando muito, o que os açorianos fizeram foi o balcão à ilharga da casa, o terraço em determinado ponto da mesma casa, o mirante no alto dos montes de pedras retiradas dos terrenos em volta, para os tornar cultiváveis — mirante, ainda hoje, frequente em muitas quintas nos arredores dos principais aglomerados populacionais.

Balcão lageado, com enormes e pesadas vigas de basalto. Torreão revestido de tijoleira, muitas vezes abrangendo a maior parte da superfície superior da casa de veraneio, ampla e apalaçada. Mirante de pavimento térreo e, por vezes, também de tijolo.

Todos os três mais para regalar os olhos com os panora-

Agenda

Banco Português do Atlântico

Do Banco Português do Atlântico, recebemos a oferta dum agenda de secretária para o ano em curso, atenção que registamos e agradecemos.

T. A. P.

Da transportadora aérea portuguesa T. A. P. recebemos a oferta de 2 agendas de bolso para o ano corrente, atenção que registamos com os devidos agradecimentos.

mas em volta e para gozar as tardes mansas de verão. Nenhum de modo exclusivo a ter de recolher as águas das chuvas, embora muitas vezes se apresentem preparados para essa função. Na maioria dos casos, o balcão aparece com a utilidade de nele se poderem secar grãos, se estender a roupa, se armar o cafunço de milho.

O que de nenhuma maneira significa que nos Açores se não tenha recorrido a cisternas.

Por todo o Arquipélago, vêem-se ainda hoje, com muita frequência, antigas casas e velhas fortalezas, dotadas com suas cisternas, as quais eram alimentadas não apenas com as águas das chuvas caídas nos balcões e nos terraços mas também com as mesmas águas escorridas dos telhados e conduzidas por que envolviam os respectivos beirais.

Cisternas enormes, medonhas e temíveis de se verem, e de que Fructuoso, por exemplo, já nos fala, quando alude as casas e quintas de Jorge Nunes Botelho, em Rosto do Cão, e de Francisco Ramalho, a noroeste de Ponta Delgada.

«Entretanto — descreve-nos o cronista as casas deste último — por umas varandas da sala dela vai ter à cozinha, da qual saindo a um pátio, vão subindo por degraus, até entrar em uma câmara de hóspedes, a qual está ladrilhada de tijolo, sobre uma tão grande cisterna que leva, mais de cem pipas de água, também dela se tira água para granar muita soma de pastel, na tulha que ali tem pegada; a água da qual cisterna se colhe por canos dos telhados das casas e detrás da torre dos hóspedes está um chafariz que da cisterna corre, para os criados da casa tomarem água para beberem, sem irem por diante devassar as casas; e em um canto dos granéis tem outra cisterna que leva oitenta pipas de água (IV, cap. 44.)».

Ainda hoje na Ilha de S. Miguel podemos encontrar em muitas casas dos séculos XVIII e XIX, enormes cisternas que acumulavam as águas das chuvas recolhidas dos telhados e dos torreões — em muitas casas principalmente na periferia de Ponta Delgada — Fajã de Baixo, Abelheira, Rosto de Cão, etc., como por exemplo, na histórica moradia da Bela Vista, na Abelheira de Cima. E até mesmo na própria cidade, como acontece no Palácio Fonte Bela onde está hoje instalado o Liceu Nacional.

Segundo o mesmo Fructuoso e também segundo o Padre António Cordeiro há notícias de ter havido pelo menos na cidade de Angra, um grande número de torreões acima das casas por meio dos

Política Aérea dos Açores

(Conclusão da 1.ª Página)

números que traduzem o volume global da emigração açoriana para o Canadá e a percentagem atribuída ao distrito de Ponta Delgada na totalização desses valores.

Se nos reportarmos aos últimos cinco anos, de 1965 a 1969, em que existem já publicados elementos concretos acerca dessa emigração, os números apurados são os seguintes:

Ano	Total dos 3 distritos açorianos	Total do distrito de Ponta Delgada	Percentagem do distrito de Ponta Delgada
1965	2781	2412	87 o/o
1966	3719	3108	80 o/o
1967	3659	2865	78 o/o
1968	4373	3532	80 o/o
1969	4684	3596	75 o/o

No conjunto dos cinco anos referidos, emigraram para o Canadá 19 216 açorianos, e, destes, 15 513, ou seja 80% do total, foram do distrito de Ponta Delgada.

Não foi, portanto, de ânimo leve, nem por baírrismo apaixonado, que os componentes do Grupo de Trabalho nomeado para o estudo da Política Aérea dos Açores de que, aliás, fizeram parte todos os Presidentes das Juntas Gerais do Arquipélago, deixaram bem vencedora, no esquema de rede aérea que propuseram à consideração superior, a ideia de que a escala a fazer no Aeroporto das Lajes seria a de 1 dos voos para os E. U. A. e nunca a dos voos para Montreal. E foi certamente por ter em justa consideração as razões em que o Grupo de Trabalho fundamentou as suas propostas que o actual Ministro das Comunicações despachou aprovar do o esquema proposto à sua apreciação.

Por que malas-artes surgiu, então, a dúvida espectacular? Não importa aqui a resposta. O que me importa, isso sim, é chamar a atenção do Governo para o facto, e exprimir ao Senhor Ministro das Comunicações todo o empenho e interesse da população que represento no cumprimento integral da doutrina definida em seu sábio despacho de 11 de Dezembro último.

Não terminarei esta minha referência ao citado despacho sem uma palavra de muito apreço pela segunda das duas recomendações nele formuladas, segundo a qual «a Direcção-Geral da Aeronáutica Civil deverá promover oportunamente o estudo da viabilidade técnica e económica a longo prazo, dum remodelação da infraestrutura aeronáutica dos Açores com base num aeroporto central que sirva de placa giratória das ligações interinsulares com as ligações com o exterior, tanto de médio como de longo curso».

Sem ânsias, sem pressas — oportunamente como se diz — sejamos que esse estudo seja feito; por técnicos e economistas competentes; em ambiente de estudo e trabalho desafecto, descontaminado de influências pseudo-políticas e de interesse particularistas. Com ele, nestas condições, tudo e todos teremos a lutar: a Região e o País.

A este simples mas substancial voto se limita tudo o que o meu distrito tem a dizer quanto à matéria desta recomendação de tão largas perspectivas futuras.

Senhor Presidente: Tendo-me Vossa Excelência concedido a palavra para falar neste dia sobre assunto de tamanha transcendência para o meu distrito, como é este da política das comunicações aéreas, sinto que não cumpriria integralmente as obrigações decorrentes da função que nesta Casa desempenho, se não aproveitasse esta oportuni-

dade para me referir, se bem que brevemente, a um ou dois problemas das infraestruturas actuais do transporte aéreo nas ilhas de S. Miguel e de Santa Maria.

Em primeiro lugar, uma nota sobre o Aeroporto de Ponta Delgada. O aeroporto actual que veio substituir as antigas pistas relvadas de Santana foi inaugurado em Agosto de 1969 pelo Chefe do Estado. E já nessa altura se anunciava que as ligações aéreas directas entre Lisboa e Ponta Del-

gado um mínimo razoável de instalações hoteleiras. Os passageiros têm de passar a noite, Deus sabe onde e como: em camas disponíveis do Hospital da Vila noutras improvisadas no Posto Clínico do aeroporto, em Pensões de classe que se adivinha, etc.

Por isso, em nome dos muitos milhares de passageiros que, na roda do ano, utilizam o aeroporto, e até para salvaguarda do prestígio nacional, daqui insistentemente apelo para o Governo pe dindo para o problema que deixou apontado a solução rápida e condigna que ambas as razões exigem.

Disse, atrás, que era «pouco elegante» o processo que ainda hoje é utilizado para controlar, estatisticamente, o movimento de passageiros do aeroporto. Ainda no avião, uma hospedeira, aliás sempre simpática, distribui a cada passageiro um pequeno impresso que depois de preenchido é entregue pelo próprio, a um funcionário da Direcção-Geral de Segurança, postado à entrada do aeroporto.

Ora, o Instituto Nacional de

Estatística também colhe números de outro tipo de passageiros, por exemplo, os que se servem do comboio ou dos transportes colectivos rodoviários. Porém, ao que consta, não há agentes da D. G. S. à entrada ou saída das estações de Santa Apolónia ou de S. Bento para só citar estas, com a incumbência de receber impressos semelhantes. A Estatística utiliza com certeza outras vias, para colher esses elementos.

Para os aviões intercontinentais que escalam aeroportos estrangeiros, ainda admito que aquele processo seja o mais viável. Mas para os aviões das carreiras domésticas que só tocam solo nacional, aquele modus faciendi estatístico, em que teimosamente se insiste, apesar das frequentes censuras de que tem sido alvo, até mesmo nesta Casa — deve ser decididamente abandonado, de uma vez para sempre, porque sujeita os cidadãos de uma mesma Pátria a um tratamento discriminatório, e a uma aparente fiscalização policial que não dignifica quem a faz nem agrada a quem a ela se sujeita.

Postais sem endereço...

(Conclusão da 1.ª Página)

gentes, de há algumas dezenas de anos para cá.

Ora há quem tema a contrária da atitude que tem vindo a ser tomada pela nossa população emigrante. Permanecer no território nacional. Todavia, sabemos e sentimos que a emigração não pode ser um problema em suspenso. Ela tem de verificar-se, embora seguindo novos rumos.

O nosso excedente demográfico está na base da emigração, que sempre praticamos. De resto, nada fazia supor — ainda há 20 anos — que a década de 60 levaria a nossa emigração ao paroxismo. Portanto, sem ser problema em suspenso, é problema que vai merecer a atenção do Governo, que está disposto a prestar assistência mais cuidada ao nosso emigrante, nos locais de fixação; a informar o País sobre as causas evidentes do fenómeno emigratório; finalmente, a conceder facilidades no sentido de desviar o fluxo migratório.

De quantos emigrantes precisamos no Ultramar e quantos lá podemos fixar?

As potencialidades económicas das nossas Províncias Ultramarinas estarão pedindo, dia a dia, mais mão-de-obra qualificada e, neste momento, a mão-de-obra indígena não chega para as necessidades, embora se verifique, a partir dela, um movimento ascensional digno de registo.

Tudo leva a crer que a formação de elites nas próprias Províncias começou já a dar os seus resultados. Mas precisamos de mais. Muito mais.

A nossa emigração precisa, de facto, de seguir novos rumos. O trabalho nacional precisa de braços. A gestão das empresas precisa de cérebros.

Não somos assim tão ricos desses bens que possamos enviá-los, indiscriminadamente, para outros países. Desejamos mesmo que muitos dos que lá estão regressem e se fixem, de novo, entre nós. É a razão da nossa vida que o impõe, para não cairmos na dúvida e na insegurança.

Bem andou o Governo possibilitando aos clandestinos a regularização da sua situação.

Cá, no Ultramar, ou no Brasil há lugar para todos, de certeza, razão porque podemos confiar no futuro, esperançados em que o problema, não ficando suspenso, se resolva, seguindo outros caminhos.

M. DE FRAGA JÚNIOR

Calendários

Fábrica dos Produtos «Coração»

Da Fábrica de Produtos «Coração», com sede no Porto, e como reclamada da sua alameda marca, recebemos um bonito calendário para o ano decorrente, atenção que registamos e agradecemos.

Companhia de Navegação

«Carregadores Açoreanos»

Agentes da I. A. T. A.

Vendas de passagens Aéreas para qualquer parte do mundo, em qualquer Companhia de Aviação

Informações a passageiros para qualquer parte do mundo

Avenida Infante D. Henrique

Ponta Delgada S. Miguel-Açores Tel. 22 244

TRADIÇÕES, COSTUMES E TURISMO MENSAGENS DE NATAL

(CONCLUSÃO DA 2.ª PÁGINA) quais as águas das chuvas eram recolhidas em fundas cisternas. Isto sem falar, claro está, da grande quantidade de poços de água salobra que se sucediam ao longo do litoral.

A Graciosa, com ser uma ilha baixa, mostrou-se sempre escassa de águas, pelo que a respectiva população recorreu sempre no longo dos tempos, aos mais diversos processos para recolha e aproveitamento das águas das chuvas.

Além das cisternas que em muitas casas se terão construído, aí estão, bem à vista de todos, os enormes reservatórios abertos, existentes em plena vila de Santa Cruz.

Na própria ilha de S. Jorge, apesar da elevada queda pluviométrica que aí se verifica, as pastagens enfrentam dificuldades na consecução de água para os animais. Daí não só o recurso, em determinadas regiões, de charcos e poços, mas muito principalmente de «tanques, para onde escorrem as chuvas caídas na própria pastagem ou em eirados, construídos especialmente com o fim de aproveitar as águas neles caídas». Desses

«tanques — bebedouros» com eirados e sem eirados e que se contam às centenas pelas pastagens de toda a ilha, tratou em 1952, em notícia inserta no *Boletim da C. R. C. A. A.* o Engenheiro-Agrônomo Arlindo Cabral.

Também na ilha do Corvo, há notícia da construção de várias cisternas sobretudo em anexo das casas mais distantes do fontenário público da vila respectiva.

De todas as ilhas, porém, aquela onde mais se tem sentido a falta de água, devido a constituição do seu solo, e, por isso mesmo, aquela que maior variedade de processos tem verificado para a recolha do precioso elemento, é a ilha do Pico.

Fructuoso dá-nos igualmente curiosas informações a esse respeito.

«Esta ilha do Pico — escreveu ele no Livro VI das *Saudades da Terra* (Cap. 41.ª) — é carecida de águas, maiormente no tempo de verão, porque no inverno se apercebem e provêm de água de chuva em ribeiras secas, correntes que no dito tempo estão tapadas com seves de ra-

ma de arvoredos grandes, que cortam para isso, e coutadas, para que não entrem bestas dentro delas, como a ribeira Seca da Vila de S. Roque que tem dentro em si concavidades de pedra viva, onde está água das enchentes das chuvas; fica por espaço de muito tempo, que dura e se bebe dela, e em outras partes há poços e água de mar de baixamar».

O mesmo Fructuoso descreve-nos igualmente o modo como antigamente as populações do Pico recolhiam as águas das chuvas por intermédio das árvores em cujos troncos faziam incisões de maneira especial, por forma que as mesmas escorrendo do alto aí se retivessem — água que consideravam a melhor e a mais sadia de todas.

Ainda agora, é na ilha do Pico que vamos encontrar maior número de pequenas cisternas junto das casas rurais e constituindo para estas um complemento indispensável. Cisternas baixas de construção própria, com a superfície superior, como no Algarve, um pouco inclinada — e nunca açoteias.

As cisternas da ilha do Pico são tema que ainda aguarda um estudo profundado do geógrafo.

Sistema curioso de recolher de água das chuvas é também o que vamos encontrar na ilha de S. Miguel, com relação às estufas de ananases — sistema complexo pelo qual as águas, escorrendo das coberturas de vidro das mesmas estufas, são conduzidas por caldeiras e canalizações para enormes tanques-reservatórios e daí distribuídas de novo pelas estufas, sabido que a cultura do ananás é demasiada exigente em água.

O Arquipélago dos Açores acusa realmente uma abundante queda pluviométrica e mostra-se, de um modo geral, dotado de pródigas nascentes. Nem por isso, no entanto, se tem dispensado aqui a recolha de águas das chuvas nas algumas regiões, sobretudo naquelas onde, por virtude da natureza demasiado permeável do solo, as nascentes são raras e a água, por consequência, elemento escasso.

CARREIRO DA COSTA
(Palestra proferida no E.R.A.)

(Conclusão da 1.ª Página)

tem de chegar? Por que está tão frio e não ouço as cigarras a cantar? Por que o dia é tão pequeno e a noite tão comprida: Por que é que eu não vou para o jardim apanhar borboletas? Mãe, o que é o Natal?

A MÃE — O Natal, meu filho, é sempre um verão no coração dos velhos, é o riso na boca das crianças, é o esquecimento do rancor, é a beleza nas caras engelhadas, é o fogo na lareira acesa, é afagar a ferida de quem sofre, é despir um casaco e dá-lo a quem precise, é abrir a porta a quem quiser entrar, é partir mealheiros mesmo sem dinheiro, é dar o que não temos a quem não tenha nada. Depois de certas considerações a respeito dos meninos que não têm brinquedos, nem sapatos, nem agasalhos, feitas pela criança, a que a mãe explica que eles terão tudo isto, através de bênçãos e de amparo, o diálogo assim termina:

A CRIANÇA — E o Menino Jesus?

A MÃE — O Menino Jesus é tu, meu filho, está dentro de ti como está dentro de mim; Nasceu numa cabana cheia de verdade; de um lado lá estava a Virgem Maria, filha de Santa Ana, do outro, o Santo Carpinteiro, e no centro, o teu pensamento e o teu perguntar, pois se não existissem crianças como tu, o Me-

nino Jesus não teria nascido. Vamos acordar as cigarras e vamos cantar com elas. Vamos brincar com os seus amigos pobres, vamos buscar a Maria, e eu serei sua mãe, vamos buscar o Francisco e aprender com ele a andar descalço sobre as pedras, vamos buscar o António para correr conosco e não sentir frio, vamos pedir ao Céu que tape aquela casa que não tem telhado! Porque sabes, meu filho, o Natal é só isto: é abrir o nosso peito a tudo que é bom! É perdoar, ou melhor, esquecer o fel, o mal, a amargura. É sempre Natal, quando nós compreendemos, que o amor não tem espaço, nem hora, nem momento...

A CRIANÇA — Mãe, se todos os dias fossem Natal, nós seríamos melhores, não é?

Caixa de Previdência dos Comerciantes

Largo Frei Luís de Sousa, 14 - LISBOA - 5

- NOVO SISTEMA DE COBRANÇAS - INSCRIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS

I — NOVO SISTEMA DE COBRANÇAS

Solicita-se a melhor atenção de todos os senhores beneficiários desta Instituição para o facto de a cobrança das contribuições devidas, passar a ser efectuada por intermédio da CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS a partir do mês de Fevereiro de 1971 (quotização relativa ao mês de Janeiro corrente), nos termos que se referem:

1. O pagamento será efectuado por meio de cadernetas de recibos a remeter por esta Caixa de Previdência a todos os inscritos, logo que a Caixa Geral de Depósitos promova a correspondente emissão.

2. Em cada mês — e até ao dia 10 — deverão ser pagas as importâncias respeitantes às quotas dos meses anteriores incluídas nas cadernetas emitidas.

3. A liquidação far-se-á em qualquer balcão ou agência da Caixa Geral de Depósitos, independentemente da zona de residência.

4. Os recibos comprovativos do pagamento ficarão em poder dos interessados, após a devida comprovação pela Caixa Geral de Depósitos, sendo retirados os correspondentes talões.

5. A inutilização ou extravio das cadernetas enviadas poderá implicar em cobrança de indemnização pelos encargos da nova emissão.

6. As quotas em atraso relativas ao período de Janeiro de 1969 a Dezembro de 1970, cujos recibos não se mostrem incluídos nas cadernetas a receber, serão pagas directamente a esta Instituição por meio de cheques ou vales de correio passados à ordem da Caixa de Previdência dos Comerciantes, nos termos que já vinham a ser praticados.

II — INSCRIÇÃO DE BENEFICIÁRIOS

Verifica-se que, apesar das múltiplas e insistentes diligências promovidas por esta Caixa de Previdência, um número muito elevado de comerciantes do Arquipélago dos Açores não procedeu à sua inscrição, o que não poderá subsistir sob pena de se afectarem seriamente os interesses da classe.

Por tal motivo uma vez mais se evidencia:

1. Estão sob a acção desta Caixa de Previdência todos os senhores comerciantes do Continente e das Ilhas Adjacentes quer exerçam a sua actividade em nome individual quer na qualidade de administradores, directores ou gerentes, sócios de sociedades que no todo ou acessoriamente exerçam actividade comercial (exportadores e importadores, armazenistas, retalhistas, feirantes, vendedores ambulantes, negociantes e agentes comerciais).

2. A inscrição é obrigatória:

— desde 1 de Janeiro de 1969 (data da entrada em vigor do Estatuto) em relação a todos os comerciantes em actividade

nessa data que ainda não tivessem completado 60 anos de idade;

— desde o primeiro dia do mês imediato ao mês do início da actividade (e sem idade limite), quanto aos indivíduos que hajam começado a exercer a profissão a partir de 1 de Janeiro de 1969.

3. É admitida, a título facultativo, a inscrição como beneficiário dos comerciantes com mais de 60 anos à data da entrada em vigor do Estatuto.

4. A contribuição mensal mínima é de Esc.: 100\$00 (o que, segundo os preceitos estatutários equivale a 2 pontos) podendo ser fixada voluntariamente até Esc.: 1 000\$00 (20 pontos).

5. A Caixa de Previdência dos Comerciantes foi criada para proteger na eventualidade de velhice e morte os beneficiários e os seus familiares, mediante a concessão de:

— pensões de reforma, na base de Esc.: \$80 por cada ponto adquirido durante todo o tempo de inscrição, após 180 meses de contribuição, contando-se, para o efeito, o tempo de inscrição noutras instituições de previdência na parte em que não haja sobreposição nos períodos de contribuição.

— subsídios por morte, no valor do produto da quantia de Esc.: 5 000\$00 pela média da pontuação adquirida durante a inscrição, sendo de 12 meses de contribuição o prazo de garantia.

Prevê-se, ainda, o estabelecimento, em breve prazo, dos seguros de invalidez e de sobrevivência.

6. Em complemento do esquema regulamentar prossegue ainda a Instituição outras regalias de acção social designadamente:

- a cooperação no fomento da habitação e
- a acção de assistência.

7. Salienta-se, ainda, que da inobservância dos preceitos atinentes à obrigatoriedade da sua inscrição resultará ser a Caixa forçada a promover a regularização contenciosamente.

8. Por deferência das respectivas direcções encontram-se exemplares dos boletins de inscrição desta Caixa de Previdência à disposição dos interessados nas sedes dos seguintes Organismos:

- Grémio do Comércio do Distrito de Angra do Heroísmo.
- Grémio do Comércio do Distrito da Horta.
- Grémio do Comércio do Distrito de Ponta Delgada.
- Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas de S. Miguel.

Os interessados poderão também dirigir os seus pedidos à Sede da Caixa, à qual também remeterão os respectivos boletins de inscrição.

A DIRECÇÃO

NECROLOGIA

D. Maria Júlia Carreiro da Motta

Na sua casa à Rua de S. João, faleceu, no último domingo, a sr.ª D. Júlia Carreiro da Motta, viúva do sr. dr. António Augusto Riley da Motta, antigo professor e reitor do Liceu de Ponta Delgada e, mais tarde, Director Geral do Ensino Liceal.

Filha do grande médico dr. Bruno Tavares Carreiro e irmã do dr. José Bruno Carreiro, fundador do nosso prezado colega «Correio dos Açores», a veneranda extinta, cuja morte ocorreu aos 87 anos de idade foi figura de grande relevo na sociedade micaelense onde viveu sempre rodeada da maior estima e consideração, graças aos primores da sua educação e cultura.

A veneranda extinta era mãe muito querida da sr.ª D. Madalena Carreiro da Motta Read, esposa do sr. João Powys Read, e D. Leonor da Motta Horta Vale, casada com o sr. dr. Celso Horta Vale, director dos Sanatórios do Caramujo, avó das sr.ªs D. Margarida da Motta Read Teixeira

Rebelo, e D. Leonor da Motta Read Aralá Pinto respectivamente. Esposas do sr. tenente António Gonçalo Canavarró Teixeira Rebelo e Manuel Aralá Pinto, residentes em Lisboa, D. Teresa Maria Horta Vale Teixeira Dias, casada com o sr. dr. José Joaquim Teixeira Dias D. Maria Manuela Horta Vale, e meninas Madalena, Ana Maria e Leonor Horta Vale, todas residindo em Coimbra, e ainda dos srs. dr. João Manuel Horta Vale e José Miguel Horta Vale, que desempenham, actualmente, funções militares no Ultramar. Era também cunhada das sr.ªs D. Georgina Forjaz Tavares Carreiro, D. Margarida de Castro Alvega de Lacerda e D. Beatriz Riley da Motta.

O seu funeral, realizado na tarde da última segunda-feira, para o cemitério de S. Joaquim, constituiu uma autêntica manifestação de pesar.

A toda a família enlutada a expressão das nossas sentidas condolências.

Eng.º Abel Féris Coutinho

Na sua residência, à Rua do Mercado, faleceu na madrugada do último sábado, o sr. Eng.º Abel Féris Coutinho, Director aposentado da Junta Autónoma dos Portos do Distrito de Ponta Delgada.

Técnico distinto, que deixa o seu nome ligado às mais diversas obras do nosso porto artificial, a ele se ficou devendo, também, a Avenida do Infante D. Henrique de cujo projecto foi autor, no desejo, sempre crescente, de concretizar uma das mais velhas aspirações da população de Ponta Delgada.

Mercê da sua acção e dos diversos trabalhos de vulto com que valorizou o nosso porto artificial, o Governo da Nação distinguiu-o com a comenda do Oficialato da Ordem de Cristo.

Figura sobremaneira conhecida em todo o sector das nossas actividades, é com verdadeiro pe-

sar que fazemos o necrológio dum dos maiores obreiros da coiza pública, a quem, de alma e coração entregou o melhor do seu esforço e da sua inteligência.

O ilustre micaelense, que desapparece aos 80 anos de idade deixa viúva a sr.ª D. Clara Rebelo Arruda Féris Coutinho e era irmão da sr.ª D. Maria Féris Coutinho de Mendonça, viúva do sr. António Carlos de Mendonça, e cunhada das sr.ªs D. Maria Amélia de Mendonça Machado Rebelo Arruda, viúva do sr. dr. Augusto Rebelo Arruda e D. Natália da Silveira Medeiros Rebelo Arruda, viúva do sr. Manuel Rebelo Arruda.

O seu funeral, realizado na manhã de domingo, constituiu uma verdadeira manifestação de pesar colectivo.

A toda a família enlutada, as nossas muito sentidas condolências.



Não nos cansamos de insistir nas vantagens da criação de coelhos, animais que pelas suas características, designadamente as que se referem à velocidade dos seus ciclos reprodutivos, ao ritmo de crescimento e ao óptimo aproveitamento dos alimentos que consomem, podem proporcionar bons lucros àqueles que se dedicarem à sua exploração.

Uma condição, no entanto, é indispensável, e essa é, como aliás, em todas as espécies animais, de adoptar métodos racionais de criação e seguir as normas adequadas em todas as fases da exploração, e que vão desde a eleição da raça ou raças até à preparação e comercialização dos produtos. Além destes pontos extremos, são muito importantes: a eleição dos animais para iniciar a exploração; a instalação das coelheiras e o seu equipamento;

os alimentos e alimentação; a reprodução; o maneio dos efectivos; produção industrial e aproveitamento das peles. Hoje, trataremos do capítulo da alimentação, começando por referir que não é possível criar proveitosamente coelhos sem dar a devida atenção à alimentação, que deve ser adequada em conformidade com o tipo de produção a que se destinam os animais. A alimentação é um

Alimentação dos coelhos

dos factores mais importantes das despesas da criação de coelhos, devendo, por isso, procurar-se alimentar os animais o mais economicamente possível, tendo, é claro, sempre em conta a plena satisfação das suas necessidades nutritivas.

Assim, às coelhas que não se encontram grávidas nem em período de amamentação, bem como para os coelhos reprodutores e coelhos jovens e em período de crescimento, as rações devem com-

portar os seguintes princípios nutritivos:

Proteína ...	12% a 15%
Gordura ...	2% a 3,5%
Fibra ...	20% a 27%
Extracto livre de nitrogénio ...	43% a 47%
Cinzas ...	5% a 6,5%

As rações para coelhas prenhes e em lactação devem ser mais ricas em proteínas:

Proteína ...	16% a 20%
--------------	-----------

Gordura ...	3% a 3,5%
Fibra ...	14% a 20%
Extracto livre de nitrogénio ...	44% a 50%
Cinzas ...	4,5% a 6,5%

O conteúdo proteico das rações é importante para o desenvolvimento das crias, para manter os animais reprodutores e para a produção de pêlo. Uma adequada adição de proteínas aumenta de 13% a 20% a capacidade de crescimento dos coelhos.

Além dos alimentos concentrados, os quais devem ser ministrados sob a forma de grânulos, os coelhos deverão comer feno de boa qualidade, de talos finos, de folhas suculosas, bem curado e livre de bolores; convindo ser-lhe apresentado em troços de 7 a 10 centímetros. As forragens leguminosas, como a luzerna, trevos, etc., são também muito aconselháveis para os coelhos e por eles muito apetecidas. As forragens de gramineas são menos saborosas, mas podem aproveitar-se com vantagens, devendo nestes casos aumentar o complemento proteico da ração.

D. Teresa Teixeira de Queirós Barros A. Caetano

(CONCLUSÃO DA 1.ª PÁGINA) acompanhado de seus filhos Ana Maria, Miguel, João e Nuno. A família enlutada, juntaram-se, para acompanhar o féretro para o cemitério do Alto de São João, dezenas de personalidades de destaque nos meios políticos e sociais do País chegando, a todo o momento, as mais diversas manifestações de pesar, de Portugal e do estrangeiro. Acompanhando o Professor Doutor Marcello Caetano e sua família na grande dor, o «Açoriano Oriental» envia-lhe as mais sentidas condolências.

A expedição "Cruz de Cristo,"

(CONCLUSÃO DA 1.ª PÁGINA)

talhadas informações sobre o assunto.

Por sua vez a «Intourist» encaminhou-os à «LM Voyages» daquela cidade, agência que encarregaram da obtenção dos vistos e passagens, de modo que pudessem recebê-los em 20 de Setembro no consulado de Portugal em Vancouver. Contactado o cônsul soviético de Montreal, este, corroborando as afirmações dos seus colegas do Rio de Janeiro, Washington e Ottawa, solicitou fotocópias dos respectivos passaportes, que lhe foram entregues nesse mesmo dia 20 de Agosto.

Entretanto, tendo de visitar outras cidades e de partir para o Alaska, os membros da Expedição «Cruz de Cristo» pediram ao cônsul de Portugal em Vancouver que lhes enviasse aqueles documentos logo que lhe chegassem às mãos.

No Alaska, onde chegaram a 18 de Outubro, verificaram a ausência de tal documentação e, logo depois, a impossibilidade de atravessar o Estreito de Béring, pelo que teriam de regressar a Vancouver, para dali seguirem de avião para a cidade de Rhabarok, ainda na Sibéria, fazendo assim um desvio da rota para voltar à mesma. Supuseram, até, tratar-se de uma precaução da União Soviética, no sentido de os impedir de tentarem aquela travessia, já de si impraticável e totalmente impossível sem os vistos.

Feito um telefonema para Montreal, a agência «LM Voyages», tal como fizera periodicamente, verbalmente e por escrito, afirmou que os vistos estavam prontos e em ordem e seriam, finalmente, enviados para Vancouver.

Isso não aconteceu e só a partir daí começaram as evasivas pouco convincentes sobre a inexistência dos vistos, até que, dando resposta telefónica a uma carta que lhe fora dirigida, o cônsul soviético em Ottawa deu a informação final de que o visto era recusado, por Humberto Pateira ser um jornalista.

Esta decisão é tanto mais surpreendente quanto é certo que todos os diplomatas russos contactados sabiam perfeitamente dessa circunstância, sobretudo o de Montreal, que tinha em seu poder fotocópias dos passaportes desde 20 de Agosto passado. E foram precisos três meses para se dar o dito por não dito.

Com isto a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas colocou um ponto final na primeira viagem por terra entre os dois países irmãos, tornando impotentes todos os esforços feitos nesse sentido e que tornariam o empreendimento inteiramente vitorioso, uma vez que a parte mais difícil do percurso ficaria sendo o Alaska, pois na Rússia os expedicionários seriam forçados a viajar de comboio, — portanto sem riscos ou perigos de maior.

Além de todos os prejuízos de ordem moral, houve quase dois meses de paralização, com as consequentes despesas obrigatórias.

Inconformado com o resultado das diligências feitas, nas quais contou com a melhor colaboração e assistência do Sr. Dr. João Carlos de Oliveira Valadas, ilustre Cônsul de Portugal em Vancouver, Humberto Pateira, esgotando a última possibilidade, fez uma exposição ao Ministro das Relações Exteriores da U. R. S. S., sobre os motivos porque pretende visitar o país e pedindo o visto para si que, a ser-lhe concedido, o levará a viajar sozinho, por de assistência do seu último companheiro.

No entanto, vinte dias de-

pois, esta, exposição ainda não teve resposta, pelo que, se assim continuar ou a mesma ainda lhe for desfavorável, ele cumprirá a segunda finalidade da Expedição «Cruz de Cristo», que é a visita às comunidades portuguesas dos restantes países da rota, como sejam Alemanha, Bélgica, França e Espanha, pois se os russos o impedem de realizar um dos seus grandes objectivos, que tanto sacrifício custou, está perfeitamente ao seu alcance realizar o outro, o que iniciará dentro dos próximos dias.

Crónica da Califórnia

(Conclusão da 1.ª Página)

res, vindos de toda a parte para participar no «arraial».

No calendário lunar chinês, o nosso ano de 1971 ficará a marcar o ano 4669, segundo um complicadíssimo sistema cronológico, que remonta ao século XXVII antes de Cristo!

Reza a lenda que, há muitos séculos, num primeiro dia do ano, o Pai Buda chamou todos os animais do mundo inteiro, prometendo dar a cada ano o nome dum animal, em troca da obediência destes. Apenas doze animais consentiram nesta proposta. A ordem foi a seguinte: — rato, boi, tigre, coelho, dragão, serpente, cavalo, carneiro, macaco, galo, cão e marrão. São estes animais que constituem o círculo zodiacal chinês, cada um reinando um ano, de doze em doze anos.

O marrão, ou porco, por causa do seu carácter indiférente, foi o último a responder; é por isso que se encontra na cauda da sequência celestial, e consequentemente representa, simbolicamente, o fim duma era.

Sob este aspecto, isto oferece aos oráculos chineses uma certa perspectiva da natureza do novo ano. A passividade do porco agoira paz e serenidade. O facto do «boar» ter sido o último a juntar-se ao círculo dos animais-discípulos de Buda, e ter recolhido os mesmos benefícios, sugere que agora é o tempo propício para ir devagar. Não vale a pena a gente ralar-se, embora a preguiça não seja recomendável. Mesmo assim, devemos ser prudentes e fazer planos para o futuro, preparando-nos para a nova época de 15 de Fevereiro de 1972, quando o «ano do rato» tem início.

Os prognósticos são favoráveis aos oprimidos. O porco é uma criatura humilde e que não se queixa, nem é exigente. Por conseguinte, os sábios chineses afirmam e prometem que o marrão vai sorrir, benevolamente, sobre aqueles com necessidades, mas que teimam em perseverar com fortaleza serena.

Embora o javali seja feroz, ele tem, porém, a tendência em atacar sem direcção, e, por conseguinte, falha no alvo, geralmente. A moral da história está em que devemos ter cuidado nos nossos tresloucados impulsos, durante os próxi-

mos doze meses, e olhar as coisas cuidadosamente antes de passarmos à acção.

Visto que o porco dá origem a muita coisa útil, (além dos torresmos, chouriços, etc.), é de prever que este ano vai ser um ano de fartura. Não vale a pena, porém, construir castelos na areia, pois que tudo decorrerá a um nível, sem altos nem baixos.

A influência do porco fez-se sentir neste século nos anos 1911, 1923, 1935, 1947 e 1959. As pessoas, nascidas nestes anos, são corteses e delicadas, taciturnas e honestas, com grande fortaleza e força de carácter.

Básicamente, estes indivíduos são introvertos; fazem poucos amigos, mas depressa. Embora as suas vidas sejam repletas de dificuldades, jamais eles as vão choramingar junto doutras pessoas. Ingénuos na sua honestidade e teimosos na sua integridade, tais indivíduos são facilmente logrados por «tipos» sem escrúpulos.

Igualmente, estão sujeitos a problemas matrimoniais. São gentis e afeiçoados para aqueles que amam... mas geralmente recebem menos do que aquilo que dão, na vida de casados. Não lhes faltarão idiosincrasias. O pior casamento será feito com alguém nascido, ou nascida, no ano da serpente; e o melhor com alguém do ano do carneiro ou do coelho.

A saudação de San Francisco ao Ano do Marrão terá início com um extraordinário espectáculo de pulcritude e beleza oriental; beldades sino-americanas, seleccionadas na nação inteira, competirão para o concurso anual de MISS CHINATOWN — USA, e que terá lugar a 30 de Janeiro. E do dia seguinte até ao dia 7 de Fevereiro, a comunidade ou colónia chinesa de San Francisco vai realizar uma contínua série de coloridos acontecimentos étnicos.

Visto que a maioria do bairro chinês usa, comumente, o idioma Cantonese, o nome «Chu» torna-se, em Mandarim, «Jue». Por conseguinte, daqui da Califórnia, para os leitores do «Açoriano Oriental», um feliz e próspero JUE NIEN!

FERRREIRA MORENO

a FINANÇOR apresenta RAÇÕES do seu fabrico:

AVES

- A-102 - Pintos para postura até 8 semanas (máximo)
- A-103 - Pintos ou frangas para postura até 12 semanas (máximo)
- A-111 - Frangas para postura e reprodução (raças ligeiras)
- A-120 - Galinhas poedeiras no solo



RACÕES

MOAÇOR - Cuf - Sanders

FINANÇOR, S. A. R. L.

Pranchinha - Ponta Delgada